



NÚMERO CINCO.

O número cinco do **DIREITO À ESQUERDA** é dominado por temas da actualidade.

Focando-nos sempre nas matérias respeitantes ao sector da Justiça, começamos pela análise da lei do Orçamento do Estado recentemente aprovada. Damos ainda atenção ao tratamento dado ao tema no XXI Congresso do PCP.

A fechar, deixamos um breve apontamento sobre as eleições presidenciais. Sempre em defesa de um **DIREITO À ESQUERDA!**

O ORÇAMENTO E O SECTOR DA JUSTIÇA.

Com um trabalho sério e consistente, sem desistências tácticas: assim se conquistam avanços com relevo para a vida dos portugueses.

Como afirmámos em Novembro, ao abster-se na votação na generalidade da proposta de lei do Orçamento, o Partido abriu portas à busca de soluções que dessem resposta à gravidade da situação que o país enfrenta.

Neste contexto, o PCP apresentou mais de 300 propostas de alteração à lei do Orçamento, procurando atacar os muitos e graves problemas com que Portugal se confronta.

Porque o país não precisa de Estados de Emergência. Precisa, sim, de medidas de emergência, corajosas e consequentes, às quais o Partido deu expressão com a sua iniciativa.

No sector da Justiça, o PCP lutou pela inclusão, nomeadamente, das seguintes medidas:

- obrigação de apresentação à AR, até 31/05/2021, de um Plano Plurianual de Investimento na Investigação Criminal;

- contratação de 280 assessores especializados para os tribunais;

- execução em 2021 do Plano de Remodelação dos Tribunais dos Açores;

- isenção de custas processuais para os sinistrados em acidentes de trabalho e os trabalhadores com doença profissional;

- contratação de 2500 funcionários judiciais e integração na respetiva carreira;

- redução da taxa de justiça ou das custas em caso de acordo ou desistência da instância.

É certo que, em resultado da relação de forças existente no Parlamento, nem todas as propostas do PCP foram acolhidas.

Mas foi por acção do Partido que se garantiram avanços respeitantes às demais áreas da vida, assim se demonstrando que vale a pena lutar, sem desistências ainda na grelha de partida.

Garantidos tais avanços, a abstenção do PCP na votação final global do Orçamento permite que os mesmos se venham a traduzir no quotidiano dos portugueses.

Mas esta abstenção não se confunde – e não deve ser confundida – com as opções assumidas pelo Governo num Orçamento que é o seu. E marca também distâncias face àqueles que continuam apostados em



retroceder a um caminho de empobrecimento nacional.

Urge agora lutar para que as medidas alcançadas na lei se materializem no dia-a-dia dos seus destinatários.

O SECTOR DA JUSTIÇA E O CONGRESSO.

Como afirmado na [intervenção](#) no XXI Congresso do PCP dedicada ao sector da Justiça, os assuntos respeitantes a esta matéria continuam na ordem do dia.

A tal não são alheios os problemas e as preocupações de todos quantos têm que recorrer à Justiça para defesa dos seus interesses e direitos.

Problemas que os sucessivos governos têm deixado agravar, dessa forma aceitando a degradação das condições de realização da Justiça e da imagem que dela têm os cidadãos.

Situação que se agrava com o subfinanciamento do sector, o qual acarreta os inoportáveis custos do acesso aos tribunais, as precárias condições do parque judiciário e prisional, a carência de recursos humanos em todas as áreas, e tantas outras limitações.

Por tudo isso, a [Resolução Política](#)

aprovada no referido Congresso reafirmou a necessidade de estabelecimento de uma política baseada nos princípios e valores da Constituição da República Portuguesa.

Uma política que, partindo de eixos e objectivos essenciais – nas dimensões política, económica, social, cultural, ambiental e de independência nacional –, assenta em diversos aspectos prioritários.

Nestes se inclui a defesa do regime democrático e do cumprimento da Constituição, ***o aprofundamento dos direitos, liberdades e garantias, o combate à corrupção e a concretização de uma justiça independente e acessível a todos.***

ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS.

Ao contrário do que alguns gostariam, as eleições já agendadas para o próximo dia 24 de Janeiro não podem passar ao lado dos portugueses. Para o bem ou para o mal, este acto eleitoral não deixará de influenciar o curso da vida nacional.

É neste contexto que a candidatura protagonizada por [João Ferreira](#) – em contraste com a acção do Presidente da República – se afirma ***em defesa do projecto de desenvolvimento inscrito na Constituição da República Portuguesa. Como os titulares deste órgão juram cumprir e fazer cumprir.***